

O fim da expansão para a Occitânia

O longo reinado de Jaime I paralisa a expansão catalã na Occitânia. Os biógrafos do rei criticaram-no por essa “repentina e definitiva estancada do crescimento nacional da Catalunha”¹. Hoje em dia, ao contrário, insistem mais no seu “pragmatismo e senso da realidade”, que lhe impediu “seguir ideais aventureiros e improváveis”²; vêem o seu abandono como uma “conseqüência lógica do realismo e da prudência com que Jaime o Conquistador empreendeu a sua política franco-occitana”³. Essa mudança na leitura do abandono de Jaime I é filha da nossa época. Na Europa de cinquenta anos para cá o pacifismo substituiu progressivamente o nacionalismo. Também se constata essa mudança historiográfica na visão atual de Luís IX ou São Luís: “nunca no mundo um homem trabalhou tanto como ele para dar a paz aos seus súditos”, escreveu Joinville (1225-1317), e Jacques Le Goff reproduz textualmente a citação na sua biografia⁴. Além disso, transformados em pós-modernos, os medievalistas desconfiam hoje do historicismo⁵, evitando juízos de valor acrônicos sobre as decisões dos seus antepassados. Sabem modestamente que não podem penetrar na consciência de Jaime I. Por isso tentam, como podem, compreender o contexto explicando as suas opções políticas.

O desinteresse do Conquistador pela Occitânia é uma evidência. Basta olhar brevemente o seu itinerário para se dar conta disso. Nasceu em Montpellier e depois viveu em Carcassonne como hóspede de Simão de Montfort. Porém, a partir do verão de 1213, à idade de cinco anos, depois da morte de seu pai e de sua mãe, é levado para Monzón. Se somarmos os meses que passa no Languedoc e na Provença a partir de então, são apenas 37, isto é, 3 anos acima dos 63 do seu reinado ou 5%⁶. Foi a metade do tempo do seu avô Afonso o Trovador, com 4 anos acima de 34: 11%⁷. E muito menos que o seu pai Pedro o Católico, que foi o primeiro conde de Barcelona que praticou uma política occitana sistemática⁸. Entretanto, os dados do itinerário não devem ser levados ao pé da letra, pois o rei pode delegar a sua jurisdição sobre esses principados ou enviar emissários. Todavia, em uma época em que o rei tem de manifestar fisicamente o seu poder pela sua presença onde quer ser respeitado, parece que o itinerário é significativo de uma mudança de política comparada com a do pai e inclusive com a do avô. Uma conseqüência imediata desse desinteresse é a perda, quase total e definitiva, das terras dependentes da coroa.

¹ Ferran SOLDEVILA, *Història de Catalunya*, Barcelona, Alpha, 1963 [1934-1935], p. 313.

² Stefano M. CINGOLANI, *Jaume I, història i mite d'un rei*, Barcelona, edicions 62, 2007, p. 287.

³ Martín ALVIRA, *El Jueves de Muret. 12 de Septiembre de 1213*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2002, p. 559.

⁴ Jacques LE GOFF, *Saint Louis*, Paris, Gallimard, 1996, p. 261. Este medievalista matiza a afirmação, mostrando os interesses políticos do rei nos tratados com Jaime I e Henrique III da Inglaterra.

⁵ Otto Gerhard OEXLE, *L'Historisme en débat. De Nietzsche à Kantorowicz*, Paris, Aubier, 2001.

⁶ Joaquim MIRET, *Itinerari de Jaume I el Conqueridor*, Barcelona, IEC, 2007 [1918], p. 545-566.

⁷ Jaime CARUANA, « Itinerario de Alfonso II de Aragón », *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*, 7 (1962), p. 73-298.

⁸ *** Joaquim Miret, « Itinerario del rey Pedro I en Cataluña, II en Aragón », *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, 3 (1905-6), p. 79-87, 151-60, 238-49, 265-84, 365-87, 435-50, 497-519, 4 (1907-8), p. 15-36, 91-114 *** recherche à faire ***

O uso da palavra Occitânia, designando uma comunidade lingüística e cultural, não deve fazer esquecer a diferença de controle que exerciam os condes de Barcelona entre duas categorias de território, que adquiriram em fins do século XI e princípios do XII: o Languedoc, com domínio indireto, e a Provença, com domínio direto. Por um lado, vários condes e viscondes de principados do Languedoc devem homenagem de fidelidade ao conde de Barcelona desde a compra de Carcassonne em 1067-1070. O apogeu desse domínio feudal dá-se em 27 de janeiro de 1213, quando Pedro o Católico recebe as homenagens dos condes de Toulouse, Comminges, Foix e Béarn e dos cônsules de Toulouse⁹. Por outro lado, desde 1112, o conde da Provença, e também de Gévaudan e de Millau, provém da casa de Barcelona, podendo ser o próprio conde de Barcelona e, mais freqüentemente ainda, o seu irmão mais novo. A partir de 1196 é Afonso II, irmão de Pedro o Católico, e desde 1209, Raimundo Berengário V, filho de Afonso II, primo irmão de Jaime I. Cabe acrescentar a este segundo grupo a cidade e a senhoria de Montpellier, que desde 1213, com a morte de Maria, passa a Jaime I. É o lugar do seu nascimento e ali o rei se instala quase sempre que vai à Occitânia.

O Languedoc e a Provença escaparão progressivamente do poder de Jaime I. Mas é preciso lembrar duas datas decisivas dessas perdas. Em primeiro lugar, o ano de 1245, quando a Provença, com a morte de Raimundo Berengário V, torna-se angevina. Carlos de Anjou casa-se com Beatriz, quarta filha e herdeira do primo irmão de Jaime I. Uma cláusula do seu testamento, talvez secreto, de 1238 previa que, se morresse sem progenitura, Jaime I ou os seus descendentes a herdariam, segundo a tradição das relações entre Barcelona e a Provença. Mas era uma cláusula unicamente de estilo, sem nenhuma implicação prática porque Raimundo Berengário V já tinha quatro filhas. Jaime I tentou intervir militarmente e chegou até o Ródano com as suas tropas. Não se sabe bem se queria que Beatriz se casasse com um dos seus filhos, segundo o testemunho posterior de Guillaume de Nangis (†1300), monge de Saint-Denis, ou com Raimundo VII de Toulouse, como pretendeu o seu capelão Guilhem de Puèglaurenc (†1275)¹⁰. O seu fracasso foi grande. Os Capetos já tinham acesso ao Mediterrâneo e proximidade com a Itália, coisa que tanto havia tentado evitar¹¹. Mas para não provocar uma guerra com o rei da França, Jaime I retirou-se. O seu desgosto e aborrecimento foram grandes. Explicam, talvez, a sua decepção com a política do pontífice, que mandasse cortar a língua de Berenguer de Castellbisbal, bispo de Girona, segundo a hipótese recente de Stefano Cingolani¹². Quatro anos mais tarde, em 1249, com a morte de Raimundo VII sem descendência masculina, desaparece um líder capaz de fomentar rebeliões contra os Capetos. Desmorona-se assim outro obstáculo ao domínio meridional do rei da França.

Em 1258 é assinado o tratado de Corbeil com Luís IX. Jaime I abandona definitivamente todos os seus direitos sobre o sul da França, com exceção de Montpellier e alguns domínios em Gévaudan e Millau. Do Rossilhão, cede Fenouillèdes e a fronteira estabelece-se em Corbières, onde se decide uma repartição estratégica dos castelos para evitar a mistura de domínios; era uma linha de tipo moderno segundo

⁹ ALVIRA, *El Jueves...*, p. 164-170.

¹⁰ Thierry Pécout, *Raymond Bérenger V (1209-1245). L'invention de la Provence*, Paris, Perrin, 2004, p. 267-289, Soldevila, *Història...*, p. 298-300, Guillaume de Puylaurens, *Chronique (1145-1275)*, ed. Jean Duvernoy, Toulouse, Le Pérégrinateur, 1996 [1976], §45, p. 188-189.

¹¹ Odilo ENGELS, « El rey Jaime I de Aragón, y la política internacional del siglo XIII », *Jaime I y su época*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1979, p. 230-231.

¹² CINGOLANI, *Jaume I...*, p. 285.

critérios orográficos e com fortificações¹³. Luís IX renuncia à sua soberania feudal sobre a Catalunha e aos seus direitos sobre Montpellier. A partir destes dois acontecimentos – perda da Provença e tratado de Corbeil – pode-se deduzir, sem dúvida alguma, que Jaime I nunca procurou a luta armada ao norte dos Pireneus. A atitude dos seus filhos, os infantes Pedro e Jaime, é então muito mais belicosa. Ele mesmo os conteve, proibindo-os de guerrear. Em troca, todo o seu esforço militar concentra-se na direção do sul da península Ibérica, onde alcança a conquista das Baleares (1232), de Valência (1238), de Dénia e Xàtiva (1244) e de Múrcia (1266).

Esta opção explica-se primeiro porque o rei considerou as forças que teria de enfrentar respectivamente no Ândalus e na Occitânia. Mencionemos rapidamente a ruína dos Almôadas depois de Las Navas de Tolosa, as segundas taifas, a incapacidade do Ândalus de criar uma lógica de unidade ou ao menos uma aliança entre cada cidade-estado independente e a falta de ajuda por parte do Magrebe.

Por outro lado, a situação é muito diferente além dos Pireneus. O competidor, o rei da França, era muito potente: seguramente o mais forte do Ocidente. Acaba com as reclamações de Henrique III da Inglaterra sobre a Normandia, Poitou e Anjou por meio das vitórias de Taillebourg e Saintes (1242) e com o tratado de Paris (1259)¹⁴. Não tem a concorrência do império romano-germânico, porque desde a morte de Frederico II, em 1245, o seu trono está vago: o seu filho Conrado IV, eleito, nunca foi coroado. A partir de 1224, Amaury de Montfort cede os seus direitos sobre o país de Toulouse e de Carcassonne a Luís VIII que se envolve plenamente, ao contrário de seu pai Filipe Augusto, na Occitânia¹⁵. A partir da sua morte, em 1266, e durante a menoridade de Luís IX, a sua mulher Branca de Castela continua a sua obra e concretiza a aliança com Castela. Depois, os seus filhos Luís IX, Afonso de Poitiers e Carlos de Anjou ocupam posições importantes em todo o território do reino da França. Lembremos que a expansão dos Capetos para o sul se concretiza com a coroação em Navarra, em 1234, de Teobaldo IV da Champanha.

A superioridade da dinastia da França sobre os reis de Aragão leva a três pontos. Primeiro, do ponto de vista militar, o rei da França pode dispor facilmente de 4.000 cavaleiros, até 6.000 se solicitar ajuda de todos os barões com as suas próprias tropas. Sabemos que para a grande expedição de Jaime I contra Maiorca, em 1229, foram conseguidos apenas uns 1.300 cavaleiros¹⁶. Segundo, do ponto de vista financeiro, cabe notar o avanço do fisco capeto a partir dos anos 1190, o decênio decisivo de Filipe Augusto em que se afinam as instituições administrativas e o sistema de recebimento de taxas, podendo distribuir facilmente feudos-renda, monetários, aos súditos dos territórios incorporados recentemente à coroa¹⁷. Afonso de Poitiers e Carlos de Anjou exportam este sistema eficaz para o sul da França¹⁸. Não há comparação com o reino de

¹³ Gauthier LANGLOIS, *Olivier de Termes. Le cathare et le croisé (vers 1200-1274)*, Toulouse, Privat, 2001, p. 155-159.

¹⁴ LE GOFF, *Saint Louis*, p. 149-157, 257-263.

¹⁵ Michel ROQUEBERT, *L'épopée cathare*, t. 3 (*Le lys et la croix*), Paris, Perrin, 2007 [1986], p. 320-337.

¹⁶ Jocelyn N. HILLGARTH, « El problema del Imperio catalano-aragonés (1229-1327) », *Anuario de estudios medievales*, 10 (1980), p. 150.

¹⁷ John W. BALDWIN, *Philippe Auguste et son gouvernement. Les fondations du pouvoir royal en France au Moyen Age*, Paris, Fayard, 1991 [1986], p. 195-233, 348-354.

¹⁸ Jean-Paul BOYER, « 1245-1380: l'éphémère paix du prince », in Martí AURELL, Jean-Paul BOYER, Noël COULET, *La Provence au Moyen Âge*, Aix-en-Provence, PUP, 2005, p. 162-166, Gaël

Jaime I, sobretudo no princípio quando explica, no *Livro dos feitos*, que até passou fome (§ 11)¹⁹. Lembremos que na Catalunha, desde 1205, o rei não pode exigir taxas arbitrárias e que cada subvenção recebida é decidida nas Cortes²⁰.

O terceiro aspecto dessa superioridade é, apesar das aparências, mais importante que o elemento militar ou fiscal. É ideológico. Os historiadores da escola romântica e nacionalista tendiam a diminuir a importância da vassalagem que a Catalunha sofria desde a sua conquista dos francos aos árabes. Juridicamente, a sua renúncia por Luís IX em Corbeil tem muito mais peso que um prestígio teórico ou arcaico. Filipe Augusto utilizou a homenagem que lhe devia João Sem Terra para justificar a sua invasão dos feudos continentais em 1204 e mesmo da Inglaterra em 1216²¹: “é o seu homem lígio embora tenha recebido a unção real”, *Homo ligius, licet esset alias rex junctus*, afirmam os legistas²². E, em 1259, um ano após Corbeil, pelo tratado de Paris, Luís IX, vitorioso sobre as tropas inglesas, preferiu renunciar a diversos condados do centro da França em favor de Henrique III para o rei da Inglaterra reconhecer a sua vassalagem pela Gasconha²³. A propaganda capeta sobre a sua soberania da antiga *Francia occidentalis* concretiza-se com o desenvolvimento do assunto das raízes carolíngias dos Capetos, que modificam inclusive a disposição das tumbas do panteão real de Saint-Denis para mostrar a continuidade entre as duas dinastias: é o *reditus ad stirpem Karoli*²⁴.

A réplica catalã acha-se na versão de 1184 das *Gesta comitum Barchinonensium*, que começam pela luta de Wilfredo o Peludo contra Salomão, “gaulês pela sua nação”, e contra os muçulmanos; a anedota encerra-se com a seguinte frase: “e é assim que o domínio de Barcelona passou do poder real aos nossos condes!”. Estamos na época em que o concílio de Tarragona (1180) proíbe datar os documentos segundo os anos do rei da França. Afonso I preferiu ceder Múrcia ao rei de Castela para evitar a homenagem por Aragão e proibiu ao seu irmão Raimundo Berengário que a prestasse ao imperador Frederico Barba-Roxa pela Provença²⁵. Assim, em Corbeil, Jaime I agiu segundo os mesmos princípios que o seu avô. A sua aversão pela vassalagem não é somente política. Também depende do senso de honra, tão característico da aristocracia que ainda experimenta uma vivência humilhante da homenagem. Os reis do século XIII ainda não concebem as relações internacionais como um meio de assegurar exclusivamente a defesa e o aumento dos seus territórios. Não agem apenas por razão de

CHENARD, *L'Administration d'Alphonse de Poitiers en Poitou et en Saintonge (1241-1271)*, Thèse pour le diplôme d'archiviste paléographe, École des Chartes, 2008.

¹⁹ *Les Quatre grans cròniques*, t. 1: *Llibre dels feits del rei en Jaume*, ed. Ferran SOLDEVILA, Jordi BRUGUERA, Maria Teresa FERRER, Josep MASSOT, Barcelona, IEC, 2007 [1971]. Tradução francesa, com comentários históricos e rica iconografia, por Agnès e Robert VINAS, *Le Livre des faits de Jaume le Conquérant*, Perpinyà, SASL, 2007.

²⁰ Thomas N. BISSON, *L'impuls de Catalunya. L'època del primers comtes-reis*, Vic, Eumo, 1997, p. 129-140, 159-185.

²¹ Martí AURELL, *L'Empire des Plantagenêt (1154-1224)*, Paris, Perrin, 2003, p. 133-148, « Les cérémonies d'accession à la dignité ducale dans l'Empire Plantagenêt », *Mélanges Colette Beaune* (no prelo).

²² MATTHEW PARIS, *Chronica majora*, éd. H.R. LOUARD (RS 57), Londres, 1872-1883, t. 2, p. 657.

²³ Pierre CHAPLAIS, « Le traité de Paris de 1259 et l'inféodation de la Gascogne allodiale », *Le Moyen Age*, 61 (1955), p. 121-137.

²⁴ Gabrielle M. SPIEGEL, « *The Reditus Regni ad Stirpem Karoli Magni: A New Look* », *French Historical Studies*, 7 (1971), p. 145-174.

²⁵ Martí AURELL, *Les noces del comte. Matrimoni i poder a Catalunya (785-1213)*, Barcelona, Omega, 1998 [1994], p. 354, 381, 484.

estado com frios cálculos maquiavélicos. A sua mentalidade apresenta uma dose profunda de espírito cavalheiresco.

A homenagem, em 1204, de Pedro o Católico a Inocêncio III não é da mesma natureza, por causa da sua dimensão religiosa e da autoridade espiritual reconhecida ao sucessor de São Pedro. Graças a ele, o rei obtinha uma coroação solene em Roma, similar à do imperador, além do título de *miles sancti Petri* e do reconhecimento de Montpellier. Em contrapartida, Inocêncio III ganhava a sua adesão ao programa de luta contra a heresia e contra o islã²⁶. Os seus sucessores compreendem que o rei da França era um aliado mais sólido para perseguir o catarismo que o rei de Aragão, porque as ligações tradicionais da casa de Barcelona com os condes, viscondes e senhores occitanos o obrigam a uma política menos repressiva e mais matizada. Além disso, Urbano IV (1261-1264) e Clemente IV (1265-1268), são papas franceses, que favorecem abertamente a expansão mediterrânea dos Capetos. A jurisdição matrimonial em matéria de dispensa de consangüinidade ou de nulidade do casamento – concentrada desde fins do século XII na Santa Sé, quando se trata de dinastias principescas – permite-lhes controlar as alianças políticas e os acúmulos territoriais dos reis do Ocidente.²⁷ Foi definitiva em 1245, quando Inocêncio IV favorece a chegada de Carlos de Anjou na Provença, permitindo-lhe rapidamente casar-se, apesar do parentesco, com a sua cunhada Beatriz e retardando a nulidade do casamento e a dispensa para Raimundo VII de Toulouse²⁸.

Em conclusão, as forças exteriores que Jaime I encontra na Occitânia ao começar o seu governo pessoal são muito mais potentes do que as que seu pai deveria de enfrentar. Luís VIII decidiu ocupar-se pessoalmente desse território, sem o delegar aos seus nobres, e investiu os meios da coroa na sua conquista. Além disso, o papado opta definitivamente por ele e pelos filhos, e opõe-se à presença catalã. Em uma geração, o combate trocou de adversários. Ficou muito mais espinhoso.

A situação modifica-se também consideravelmente quando consideramos os fatores interiores na Occitânia. Nota-se a troca sobretudo nas relações com o novo conde da Provença. Desde pequeno, Raimundo Berengário V, que tinha apenas uns cinco anos a mais que Jaime I, foi educado em Monzón com ele. O rei descreve a emoção e o pranto da sua separação no *Livro dos feitos* (§ 13). Mas essa amizade não resistiu à dura realidade política. Raimundo Berengário V conserva o mesmo sistema de alianças que os seus antepassados da casa de Barcelona tinham durante todo o século XII: apoio do papado e dos bispos provençais, guerra contra os condes de Toulouse e a cidade de Marselha e a hostilidade com o imperador romano-germânico²⁹, sobretudo depois da excomunhão de Frederico II em 1239³⁰. Por outro lado, a política dos condes de Barcelona evoluiu radicalmente a partir de 1190, quando Afonso o Trovador assina a paz de Janergues com Raimundo V, conde de Toulouse. Esta nova relação de amizade entre duas casas inimigas há mais de um século confirma-se, por volta de 1205, pelos casamentos de Raimundo VI e o seu filho Raimundo VII com duas irmãs de Pedro o

²⁶ Damian J. SMITH, « Motivo y significado de la coronación de Pedro II de Aragón », *Hispania* 204 (2000), p. 163-179.

²⁷ ENGELS, « El rey Jaime I de Aragón... », p. 217.

²⁸ PÉCOUT, *Raymond Bérenger V...*, p. 287-288.

²⁹ Martí AURELL, « L'expansion catalane en Provence au XIIe siècle », *Estudi general*, 5-6, 1985-86 (número especial, publicant el col·loqui *La formació i l'expansió del feudalisme català*), p. 175-197, « Prédication, croisade et religion civique. Vie et miracles de l'évêque Oleguer (†1137) de Barcelone », *Revue Mabillon*, 1999, p. 113-168.

³⁰ PÉCOUT, *Raymond Bérenger V...*, p. 218-219.

Católico³¹. Em Muret (1213), a morte do rei, defendendo os seus cunhados, testemunha a força do pacto. Jaime I também o respeitou, sobretudo se queria que a mão de Beatriz fosse para Raimundo VII, aliado do imperador e de Marselha. Pensou talvez que podia contar com o parentesco e a amizade de Raimundo Berengário V para modificar, como o rei Pedro, a política que os catalães da Provença tinham mantido, ao menos entre 1112 e 1190, para dominar Marselha, controlar a expansão de Toulouse ao oeste do condado e escapar da influência do imperador. Mas os interesses locais pareceram mais importantes para o seu primo irmão do que a sua genealogia barcelonesa ou do que os seus laços afetivos com Jaime I. Primeiro conde da Provença da casa de Barcelona portando o título *Gratia Dei comes*, considerava que o seu poder era autônomo e que tinha de se afirmar sobretudo localmente³². À sua morte, o seu ministro Romeu de Vilanova, certamente também de origem catalã³³, pensou com o mesmo senso das tradições, que se o conde queria afirmar-se na Provença, a aliança com o papado e com os Capetos valeria mais a pena do que com as casas de Barcelona ou de Toulouse. Neste sentido, o casamento de Beatriz, a herdeira, com Carlos de Anjou, tinha certa lógica.

Antes de abandonar o projeto occitano, além da presença angevina, Jaime I e o seu entorno analisaram a situação interna da Provença e do Languedoc. Sabiam que os poderes hostis à afirmação do conde eram numerosos. Na Provença, Raimundo Berengário V continua a obra dos seus antepassados da casa de Barcelona para triunfar em Marselha, uma cidade que os catalães nunca conseguiram controlar, ao leste do condado, e que fica sob a influência de Gênova, e rumo aos Alpes, onde progride graças à aliança com a Sabóia (a sua mulher Beatriz veio desta dinastia). Carlos de Anjou encontrará também estes problemas depois da sua chegada ao poder e apenas conseguirá pacificar a situação definitivamente no ano de 1262, quase vinte anos depois da sua chegada. No Languedoc, a situação é ainda mais difícil pela presença de várias casas condaís e viscondais muito fortes: Toulouse³⁴, Trencavel de Nîmes e Bezièrs³⁵, Narbona³⁶, Foix, Comminges, Béarn... A nobreza local era tão difícil de controlar como os seus senhores superiores. Além disso, a heresia provoca divisões e guerras privadas no interior desta categoria social. A situação política do “vespeiro occitano”³⁷ é incontrollável para um só poder. É praticamente impossível conseguir ali a unanimidade a favor do rei de Aragão. Os diferentes atores políticos procuram de forma pragmática a satisfação dos seus interesses, segundo a conjuntura do momento.

Inclusive Montpellier, cidade natal de Jaime I, apresenta uma situação similar à de Marselha, sempre disposta a lutar pelas suas liberdades municipais contra o rei. Aí é patente a hostilidade do patriciado urbano, organizado em consulado para controlar a cidade. Jaime I explica no *Livro dos feitos* (§ 295-305) a complicada situação que ele mesmo tem de gerir, em 1239, quando os cônsules se rebelam contra Atbran, o seu prefeito. Procura ajuda dos mais populares grêmios e das suas milícias para expulsar os

³¹ AURELL, *Les noces...*, p. 382-383.

³² PÉCOUT, *Raymond Bérenger V...*, p. 236

³³ Martí AURELL, « Le personnel politique catalan et aragonais en Provence sous Alphonse Ier (1162–1196) », *Annales du Midi*, 93, 1981, p. 138.

³⁴ Laurent MACÉ, *Les comtes de Toulouse et leur entourage. Rivalités, alliances et jeux de pouvoir XIIe-XIIIe siècles*, Privat, 2000.

³⁵ Hélène DÉBAX, *La féodalité languedocienne (XIe-XIIe siècles). Serments, hommages et fiefs dans le Languedoc des Trencavel*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2003.

³⁶ Fredric L. CHEYETTE, *Ermengarde de Narbona et le monde des troubadours*, Paris, Perrin, 2006 [2001].

³⁷ ALVIRA, *El jueves...*, p. 573.

contestatários e dominar a situação. Cabe acrescentar que os cônsules são apoiados por Joan de Montlaur, bispo de Magalona e senhor da cidade, pela qual o rei lhe prestou homenagem em 1236. Três anos mais tarde, o bispo aproveita-se do seu direito para retirar por felonía a senhoria ao rei, protestando pelos abusos dos seus representantes. Protestará novamente, em 1253, porque os oficiais de Jaime I recuperam as taxas do porto de Lattes, afirmando que Montpellier era um feudo do rei da França. Cinco anos mais tarde, o tratado de Corbeil pacifica a situação. Jaime instala-se, a partir de novembro de 1258, durante nove meses na cidade, coisa que nunca havia feito. Obtém então o juramento dos cidadãos e o reconhecimento de que os seus filhos Pedro e Jaime herdarão Montpellier. As liberdades urbanas que Jaime teve de concordar são consideráveis³⁸. Embora perdendo uma importante parte do seu domínio o rei conserva Montpellier, um significativo símbolo e um local de memória: é o último enclave da estirpe de Barcelona no sul da França. Por isso, em 1262, casa o infante Pedro com Constança de Hohenstaufen nessa cidade. A provocação é grande, porque mostra ostensivamente aos Capetos, no coração do seu domínio, o entroncamento da sua família com os descendentes de Frederico II³⁹.

Um partido favorável à intervenção de Jaime I sempre existiu na Occitânia. O seu apoio à casa de Barcelona nunca desaparece. Este movimento autóctone propício pode ser detectado durante todo o seu reinado. Os trovadores criticam-no amiúde, com ironia e até despeito, pela sua ausência do teatro das operações militares. Durante o sítio de Avinhão, em 1226, por Luís VIII, Tomier e Palaizi dizem que não contam em nada com a ajuda de Aragão aonde enviaram o seu servidor. Outro trovador provençal, Aimeric de Belonoi, protesta contra as tergiversações e as dúvidas de Jaime I em matéria política occitana. Para Sordello da Goito, o rei é um “deserdado”, incapaz de recuperar os seus direitos roubados. Peire Duran, entusiasmado pela rebelião antifrancesa de 1242, critica o falso juramento de Jaime I, que não ajuda os seus aliados contra Luís IX⁴⁰. Ao mesmo tempo, dois outros trovadores também adotam um tom injurioso: Peire Basc acusa-lhe de perjúrio e, com um jogo de palavras divertido, Bernat de Rovenac interpreta o nome de Jaime como “Jac-me”, “Deito-me”, “Vou dormir”⁴¹. Dez anos mais tarde, Bonifácio de Castellana, que luta nos Alpes contra as tropas de Carlos de Anjou, continua a criticar o inútil falatório do rei⁴².

Até animados por um mecenas, os trovadores representam uma corrente de opinião profunda, compartilhada por muitos nobres occitanos. É certamente o medo de um movimento favorável a Jaime I que empurrou o senescal de Carcassonne a fazer jurar as cláusulas do tratado de Corbeil pelos cônsules de Toulouse em setembro de 1271, depois da morte de Afonso de Poitiers e da sua mulher, Joana de Toulouse⁴³. Descobrem-se as mesmas idéias favoráveis ao rei de Aragão nas fontes judiciais francesas ou angevinas, que nos informam sobre a sua repressão alguns anos após a morte de Jaime I. Por volta de 1285, em Luc, um povoado entre Marselha e Nice, um

³⁸ Charles de TOURTOULON, *Jacme Ier le Conquérant, roi d'Aragon, comte de Barcelone, seigneur de Montpellier*, Montpellier, Gras, 1863-1867.

³⁹ CINGOLANI, *Jaume I...*, p. 292.

⁴⁰ Martí AURELL, *La Vielle et l'épée. Troubadours et politique en Provence au XIII^e siècle*, Paris, Aubier, 1989, p. 49-50, 126, 140-141, 152, 166.

⁴¹ Martín de Riquer, *Los trovadores. Historia literaria y textos*, Barcelona, Ariel, 1983 [1975], p. 1370, Alvira, *El jueves...*, p. 544, Isabel de Riquer, « Presencia trovadoresca en la Corona de Aragón », *Anuario de Estudios Medievales*, 26/2 (1996), p. 942.

⁴² AURELL, *La Vielle...*, p. 192-196.

⁴³ ALVIRA, *El jueves...*, p. 565-566.

nobre diz, em praça pública, que os direitos de Pedro o Grande sobre a Provença são superiores aos de Carlos de Anjou⁴⁴. Em 1290, em Narbona, o senescal ordena cortar a língua a um fabricante de cimento por ter afirmado que o rei de Aragão tem direitos sobre o condado de Toulouse⁴⁵. Mais estruturalmente, a idéia da comunidade cultural e social, e talvez da solidariedade política entre as terras do norte e do sul dos Pireneus desenvolve-se no século XIII, como se pode ler nos versos de Albertet de Sisteró, que engloba gascões, provençais ou limusinos na categoria de “catalães”, distintos “dos habitantes da terra dos dois reis, ou seja, da França e da Inglaterra”. As críticas muito fortes de outros trovadores contra os cruzados que invadiram as suas terras mostram também uma consciência comum catalano-occitana que se afirma de forma negativa considerando os vícios e a forte alteridade dos franceses⁴⁶. Tudo isso permite concluir que um sentimento favorável à intervenção de Jaime I existia em vários níveis da aristocracia do Languedoc e da Provença.

Quais grupos de pressão propícios à aventura occitana podiam existir na própria coroa de Aragão, e concretamente ao redor Jaime I? É preciso considerar primeiro a influência dos *faidits* (“fugidos” em língua d’oc), exilados do Languedoc e da Provença, que viviam próximo ao rei: o visconde Ramon Trencavel, Oliver e Bernat de Termes, originários de uma família cátara de Corbières⁴⁷, o provençal Bonifaci de Castellana⁴⁸... Teriam podido influenciar a sua política no sentido de um intervencionismo mais firme na Occitânia, como fará mais tarde Giovanni da Procida, preparando a opinião siciliana nas Vésperas. Mas, de fato, também teriam os seus detratores na corte, se comparamos a oposição que o partido dos exilados do oeste da França encontrava ao redor de Henrique III, que eram chamados de forma depreciativa de “Poitevins”⁴⁹, e que perderam toda audiência depois das derrotas de Taillebourg e de Saintes em julho de 1242.

Outro setor influente são os mercadores de Barcelona e dos outros portos catalães, categoria em plena ascensão, sobre a qual o rei se apóia para se opor à aristocracia que freqüentemente se revolta contra ele. A expansão marítima da coroa favorece os seus interesses comerciais. À época, as taxas alfandegárias, elevadas e fáceis de recolher, são uma fonte de receita importante para a coroa. Neste sentido, o interesse em Lattes, porto de Montpellier, era grande tanto para os mercadores catalães quanto para o rei, que além disso possui ali a casa da moeda de Melgueil⁵⁰. Por razões idênticas cobiça-se a Provença, com o porto primordial de Marselha, onde os mercadores barceloneses estavam estabelecidos desde fins do século XII⁵¹. Também, em um nível mais baixo, o condado tem os portos de Arles ou de Nice. Por isso, a perda de 1245 foi vivida de forma tão dramática. Por outro lado, como o rei possui Montpellier, principal praça comercial do Languedoc, o litoral próximo tem um interesse menor. Se Jaime I tivesse controlado a região, talvez teria podido impedir, a partir de 1240, a compra de Aigües-Mortes por Luís IX e a construção das fortificações do porto. Mas nenhuma outra cidade mercantil do Languedoc podia competir com Montpellier, que o tratado de

⁴⁴ AURELL, *La Vielle...*, p. 230.

⁴⁵ ALVIRA, *El jueves...*, p. 567.

⁴⁶ AURELL, *La Vielle...*, p. 55-58.

⁴⁷ LANGLOIS, *Olivier...*, p. 66-75.

⁴⁸ LANGLOIS, *Olivier...*, p. 66-75.

⁴⁹ Nicholas VINCENT, *Peter des Roches. An Alien in English Politics, 1205-1238*, Cambridge, Cambridge UP, 1996.

⁵⁰ Archibald R. LEWIS, « Jaume the Conqueror, Montpellier and Southern France, 1208-1276 », *Medieval Society in Southern France and Catalonia*, Londres, Variorum, 1984, XVI, p. 1-16.

⁵¹ AURELL, « Le personnel... », p. 139.

Corbeil confirmou para o rei. O interesse dos mercadores catalães mirava muito mais na direção de Maiorca, escala obrigatória das naus que navegavam rumo ao Oriente. O *Livro dos feitos* começa o seu capítulo sobre a conquista da ilha pelo jantar de Tarragona, oferecido pelo mercador Pere Martell, que navegou frequentemente para as Baleares (§ 47). O armador barcelonês fez quase um *lobbying*⁵². O seu grupo social apoiará com o mesmo entusiasmo a expansão em direção à Itália. Por outro lado, a sua motivação pelo domínio do Languedoc parecia menor.

Todavia, a decisão final pertencia ao rei. O *Livro dos feitos* é muito valioso para compreender a sua atitude e também a do ambiente ao seu redor, se aceitarmos a natureza coletiva desta obra⁵³, com a qual procura uma justificação *a posteriori* da sua ação política⁵⁴. Respira menosprezo pelos naturais do Languedoc, que enganaram o seu pai: “não cumpriam nada do que lhe prometeram”; como sabiam que era “homem de mulheres”, seduziam-no oferecendo-lhe “suas mulheres, suas filhas e suas parentas, as mais belas que podiam encontrar”. Por outro lado, contrastando com as mentiras, a inconstância e as traições dos naturais do Languedoc, Simão de Montfort, “quis estimar o nosso pai”, pedindo que lhe confiasse a sua guarda (§ 8). Em Muret, o cavaleiro francês prepara-se para a batalha com piedade e espírito de penitência. Ganha pelo “pecado que havia” nas tropas do rei Pedro (§ 9). Este providencialismo, pelo qual Deus recompensa os bons e castiga os maus pelo resultado da guerra, é um *leitmotiv* do *Livro dos feitos*, no qual a derrota de 1213 opõe-se às vitórias contra os muçulmanos de Maiorca e de Valência. O rei diz que o próprio nome de Jaime, santo padroeiro da reconquista, foi-lhe atribuído por uma intervenção direta da providência na cerimônia dos *sortes apostolorum*, oficiada pela sua mãe (§ 5).

A educação que recebeu no castelo de Monzón, a cargo dos Templários, influencia certamente também a sua opção de lutar contra os muçulmanos⁵⁵, que apresenta como um modo eficaz de “colocar nossa terra em paz” (§ 48), segundo a ideologia da paz de Deus e da cruzada, que canaliza a violência dos nobres cristãos contra o islã. O fato de ter entrado *ad succurrendum* no seu leito de morte na ordem cisterciense, que sempre fomentou a cruzada contra os muçulmanos e contra os hereges albigenses, corresponde a uma religiosidade idêntica. Efetivamente, Jaime I pertence à geração de Luís IX, que pediu, no *Ensinamento ao seu filho*, evitar de todo jeito a guerra com os príncipes cristãos: “que tu n’aies guerre a nuls crestiens”⁵⁶: a cruzada à Terra Santa foi um dos objetivos principais do seu reino. Lembremos, finalmente, que manifestou sempre uma grande devoção, quase filial, para com o papa⁵⁷. Nunca o quis desobedecer, nem em matéria de opções políticas. Talvez fosse um agradecimento arraigado desde os anos difíceis de infância pela ajuda de Inocêncio III para conservar Montpellier e inclusive a coroa de Aragão, para obter a sua libertação de Simão de Montfort e para legitimar o seu poder contra outros pretendentes e contra os barões rebeldes.

⁵² Cf. contra HILLGARTH, « El problema... », p. 153, diminuindo excessivamente o papel dos mercadores na expedição del 1229.

⁵³ Jaime AURELL, « La chronique de Jacques Ier, une fiction autobiographique: auteur, auctorialité et autorité au Moyen Âge », *Annales. Histoire. Sciences sociales* (no prelo).

⁵⁴ Stefano M. CINGOLANI, *La Memòria dels reis. Les quatre grans cròniques*, Barcelona, Base, 2007, p. 32.

⁵⁵ Robert I. BURNS, « The Spiritual Life of James the Conqueror, King of Arago-Catalonia, 1208-1276: Portrait and Self-Portrait », *The Catholic Historical Review*, 62 (1976), p. 8-9 et 34.

⁵⁶ ALVIRA, *El jueves...*, p. 574.

⁵⁷ BURNS, « The Spiritual Life... », p. 13-15.

O contexto mental e religioso explica, assim, pelo menos parcialmente, a sua decisão de investir os esforços da sua aristocracia militar na recuperação do território do islã. Coincide também com a ruína dos almôadas e com a nova potência do rei da França. Economicamente, permitia recuperar para sempre a rota marítima para o Oriente e, em curto prazo, fornecia escravos vendidos nos mercados do seu reino. Evidentemente, a opção occitana ainda era possível. Provam-no as várias escaramuças dos infantes Pedro e Afonso, incontrolados pelo rei. Mais importante parece a invasão de Carcassès pelas tropas de Pedro em 1263,⁵⁸ e a sua ajuda à rebelião de Rogério Bernardo, conde de Foix, e Aimeric IV, visconde de Narbona, em 1271⁵⁹. O seu comportamento foi como o dos *juvenes* guerreiros em rebelião contra o pai todo-poderoso⁶⁰. Este dado sociológico mostra que a grande política internacional ainda estava misturada com a vida doméstica, e que então as fronteiras entre o público e o privado apenas existiam no espírito dos juristas apaixonados pelo direito romano. A concepção matrimonial que o rei tinha do seu reinado e das suas conquistas explica a repartição querida pelo seu testamento. Lembra, com alguns matizes, a generosidade das cessões territoriais de Luís IX aos seus irmãos Afonso de Poitiers e Carlos de Anjou. Se, em vez de Maiorca e Valência, Jaime I tivesse recuperado o Languedoc e a Provença, tê-los-ia certamente doado ao seu filho mais novo, segundo a tradição da casa de Barcelona⁶¹, e como já havia previsto, desde 1248, em favor do infante Fernando⁶². A nenhum líder intelectual teria ocorrido então a possibilidade de construir um grande estado nacional catalano-occitano.

⁵⁸ ALVIRA, *El jueves...*, p. 556-557.

⁵⁹ Annette PALES-GOBILLIARD, « Poursuites et déplacements de population après la croisade albigeoise », *La guerre, la violence et les gens au Moyen Âge*, t. 1 (*Guerre et violence*), Paris, CTHS, 1996, p. 51-65, Alix de LA PRESLE-ÉVESQUE, « Le conflit franco-aragonais de la fin du XIIIe siècle et ses conséquences religieuses et politiques », *Ibidem*, p. 67-80.

⁶⁰ Georges DUBY, « Dans la France du Nord-Ouest au XIIe siècle: les “jeunes” dans la société aristocratique », *Annales E.S.C.*, 19, 1964, p. 835-846.

⁶¹ Ramon D'ABADAL, « A propos de la “domination” de la maison comtale de Barcelone sur le Midi de la France », *Annales du Midi*, 76 (1964), p. 315-345.

⁶² Segundo o testemunho de Jerónimo Zurita, SOLDEVILA, *Història...*, p. 301.